



Interpelação Escrita

Interpelei o Governo sobre uma questão que preocupa os cidadãos, nomeadamente, o mecanismo de tratamento das infiltrações de água nos edifícios, devido à demora na definição das responsabilidades e à não assunção destas pelos proprietários. Na resposta à minha interpelação, os serviços competentes referem que os proprietários afectados podem recorrer à via judicial para resolução destes problemas. Esta resposta suscitou fortes críticas ao Governo, acusando-o de estar a “empurrar a resolução de problemas comunitários para o tribunal, o que não só aumenta o volume do seu trabalho como “massacra” os cidadãos, que sentem que o Governo não consegue resolver os seus problemas mesmo quando recorrem à sua ajuda”. Esta má imagem que o Governo está a passar afecta o prestígio da governação.

Os cidadãos, na sua maioria, tentam resolver por si próprios os problemas de infiltração de água, nomeadamente, detectar o local da infiltração, resolver a questão através do diálogo, e só quando isto não resulta é que recorrem ao referido centro para a resolução das questões de infiltração de água nos edifícios. Mas desperdiça-se muito tempo com os procedimentos: depois de receber a reclamação, o referido centro solicita ao Instituto de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Habitação (IH) que destaque os seus trabalhadores ao local para resolução do problema, e caso estes não consigam resolvê-lo, entra a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), que define uma data para efectuar a respectiva sondagem ao local da infiltração. O processo chega à DSSOPT e só ao fim de cerca de dois meses ou mais é que se define uma data para a referida sondagem e elaboração do respectivo relatório. Todo este processo demora vários meses e o longo tempo de espera afecta o dia a dia dos residentes. Se o problema da infiltração fosse resolvido logo que é detectado, tudo seria mais simples, mas como tal não se verifica, vai-se agravando, afecta áreas cada vez maiores e, consequentemente, é mais difícil de resolver.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Na opinião de muitos cidadãos, a DSSOPT demora muito tempo a efectuar a referida sondagem ao local da infiltração e a eficácia dos trabalhos também é muito baixa, pois são necessários 30 dias úteis para se ficar a conhecer o respectivo relatório. Em Hong Kong, pelo contrário, seis dias após a recepção da reclamação dá-se início aos trabalhos. Assim, solicitamos veemente ao Governo que aumente a eficácia administrativa, prevenindo os atrasos nos procedimentos para resolução dos problemas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

de infiltração de água. Os serviços competentes devem rever o problema da espera para a definição da data para a sondagem, e prometer que vão dar resposta a todas estas questões. Vão fazê-lo?

2. Segundo o Governo, é devido à legislação obsoleta que muitos casos de infiltração de água estão por resolver e muitos outros não conseguem ser resolvidos. Na resposta à minha interpelação escrita, o Governo refere que os trabalhos de consulta para alteração da lei correspondente já estão finalizados desde 31 de Julho de 2013, e que neste momento se está a redigir o respectivo relatório de consulta e a elaborar a respectiva proposta de lei. Este trabalho já se iniciou há cerca de um ano, qual é então o respectivo ponto da situação?
3. De facto, segundo as afirmações do Governo, é devido à legislação obsoleta que muitos casos de infiltração de água estão por resolver e muitos outros não conseguem ser resolvidos. No entanto, existem opiniões que acusam o Governo de estar a recorrer à lei para se desculpar da resolução de um problema que é simples, e de não pensar sobre como resolver efectivamente os problemas ao abrigo da legislação actual e através de meios administrativos mais flexíveis. Os serviços competentes devem ponderar a possibilidade de aplicar medidas viáveis ao abrigo da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

legislação em vigor e de recorrer a meios administrativos mais flexíveis, nomeadamente, quando os proprietários não colaboram. Vão fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Si Ka Lon

11 de Junho de 2014